

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N° 11149/25

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Secretaria extenso à Municipal de Governo - SEMGOV e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, a necessidade de informações sobe a manutenção pavimentação asfáltica na esquina da Rua Corumbiara com Avenida Natal, localizado no Município de Rolim de Moura, no estado de Rondônia.

O Parlamentar que subscreve, nos termos do artigo 146, VII c/c 188 do Regimento Interno, indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal, extenso à Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, a necessidade de informações sobre manutenção e pavimentação asfáltica na esquina da Rua Corumbiara com Avenida Natal, localizado no Município de Rolim de Moura, no estado de Rondônia.

Considerando o relevante interesse público da matéria, nos termos da Lei de Acesso à Informação, requer seja informado se a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Obras, já providenciou o respectivo reparo e asfaltamento. Se não, informar quando haverá o reparo informado.

Plenário das Deliberações, 03 de fevereiro de 2025.

DELEGADO CAMARGO

Deputado Estadual – Republicanos





PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N°

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Sr. Prefeito,

Chegou ao conhecimento deste gabinete parlamentar, um vídeo que está circulando nas redes sociais, referente a um enorme buraco localizado na esquina da Rua Corumbiara com Avenida Natal, localizado no Município de Rolim de Moura. No vídeo, aparece um morador indignado com a situação e reivindica melhorias urgentes, conforme podemos analisar no Instagram.¹

Assim, é prerrogativa do Parlamentar a fiscalização, o acompanhamento e o controle das ações do Poder Executivo Estadual, tendo em vista o consagrado princípio do interesse público, com vistas a assegurar a qualidade e eficiência dos serviços prestados aos cidadãos.

A **Lei de Acesso à Informação**, conhecida popularmente como "LAI" – n° 12.527 , de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5°, no inciso II do § 3° do art. 37 e no § 2° do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.".

A LAI prevê que o acesso à informação é a regra e o sigilo é a exceção, e que as informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitações. A propósito, o artigo 6° da referida Lei, estabelece:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

[...]

 $\frac{https://www.instagram.com/reel/DGKBzUgA_9h/?id=3569673579396333409_33472034804\&fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR3TWaWp-VDnXb5S-$

<u>Ald_O8o_MwsaPL17mMyQ28aW6eAJZF1fT8mQ0QmH0Q_aem_C9byZks5y3sVsTzyIy3a0Q</u>. Acesso em: 18/02/2025



¹ Disponível em:



PROTOCOLO		INDICAÇÃO	N°		
AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS					

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Quanto ao acesso a essas informações, o art. 11 é claro ao afirmar que deverá à informação disponível e não sendo possível, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, no prazo não superior a 20 dias comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação, podendo, ainda, ser prorrogado por mais 10 dias. (art. 11, §1, III e §2°).

Por fim, tendo em vista a importância da matéria destacada, requer seja informado se a Prefeitura Municipal, através de sua Secretaria de Obras, já tem conhecimento do problema em tela, bem como se já providenciou o respectivo reparo e asfaltamento.





PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS







Accomplished Logicianity de London de Meridenia						
PROTOCOLO		INDICAÇÃO	N°			
AUT	 OR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBI	 LICANOS				

